

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026

Regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e subsidiariamente pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Municipal nº 111, de 15 de abril de 2025 e Decreto nº 385, de 18 de dezembro de 2023, além das demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

Interessado:

Município de Itapiranga/SC.

Órgãos Interessados:

Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.

Tipo: Menor Preço por LOTE

Modo de Disputa: Aberto/Fechado

OBJETO: AQUISIÇÃO DE JAQUETAS EM TECIDO MICROFIBRA FORRADAS (FORRO TÉRMICO), PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.

DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Período de recebimento das propostas Das 08 horas e 00 min¹ do dia 05 de maio de 2026 até as 08 horas e 00 min do dia 18 de maio de 2026, por meio do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br).

¹ Para todos os horários mencionados neste Edital, considerar-se-á o Horário Oficial de Brasília

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/05/2026 15:27:03.00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p/4f2f261e6988d>



**Início da Sessão
de Disputa de
Preços (lances)**

18 de maio de 2026 às 08horas e 01 min através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

Local

Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis na página inicial do site do Portal de Compras Públicas:
www.portaldecompraspublicas.com.br

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Na mesma data e horário do recebimento das propostas, encerrada a fase de lances, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá complementar ou substituir a documentação apresentada, dentro do prazo fixado pelo pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas.

OBS: Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta Licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

1. PREÂMBULO

1.1 O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, situado na Praça das Bandeiras, 200, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 83.821.208/0001-36, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Alexandre Gomes Ribas, torna público para o conhecimento dos interessados que será realizada licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação (internet), pelo do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

1.2. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no Portal Transparência do Município de Itapiranga/SC (itapiranga.atende.net) e no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

1.3. O presente certame fora baseado em Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizado pelo setor requisitante.

2. DO OBJETO: 2.1 - Constitui o objeto da presente licitação a AQUISIÇÃO DE JAQUETAS EM TECIDO MICROFIBRA FORRADAS (FORRO TÉRMICO), PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, conforme regras, especificações e quantidades estabelecidas neste edital e seus anexos.

2.2 – ITENS/LOTES:

Cód. Lote: 1 - Lote: LOTE Nº 01 - JAQUETA EM TECIDO MICROFIBRA					
Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
1	JAQUETA EM TECIDO MICROFIBRA COM RIBANA NAS MANGAS ESTILO GOMINHO COM A LOGO DO MUNICÍPIO BORDADA, TECIDO EXTERNO: 100% POLIÉSTER GRAMATURA 130; FORRO: O FORRO INTERNO DE POLIÉSTER NA GRAMATURA 90; PREENCHIMENTO DE FIBRA DE GRAMATURA 60, CONTENDO RECORTE LATERAL, 2 BOLSO FRONTAL, FECHAMENTO COM ZÍPER DA MESMA COR DO TECIDO E CURSOR PERSONALIZADO COM O NOME DO MUNICÍPIO, COM BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO NA FRENTE. COR DO TECIDO - AZUL MARINHO. TAMANHO 4, 6, 8	UNIDADES	400,00	132,03	52.812,00
2	JAQUETA EM TECIDO MICROFIBRA COM RIBANA NAS MANGAS ESTILO GOMINHO COM A LOGO DO MUNICÍPIO BORDADA, TECIDO EXTERNO: 100% POLIÉSTER GRAMATURA 130; FORRO: O FORRO INTERNO DE POLIÉSTER NA GRAMATURA 90; PREENCHIMENTO DE FIBRA DE GRAMATURA 60, CONTENDO RECORTE LATERAL, 2 BOLSO FRONTAL, FECHAMENTO COM ZÍPER DA MESMA COR DO TECIDO E CURSOR PERSONALIZADO COM O NOME DO MUNICÍPIO, COM BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO NA FRENTE. COR DO TECIDO - AZUL MARINHO. TAMANHO 10, 12, 14	UNIDADES	550,00	132,03	72.616,50
3	JAQUETA EM TECIDO MICROFIBRA COM RIBANA NAS MANGAS ESTILO GOMINHO COM A LOGO DO MUNICÍPIO BORDADA, TECIDO EXTERNO: 100% POLIÉSTER GRAMATURA 130; FORRO: O FORRO INTERNO DE POLIÉSTER NA GRAMATURA 90; PREENCHIMENTO DE FIBRA DE GRAMATURA 60, CONTENDO RECORTE LATERAL, 2 BOLSO FRONTAL, FECHAMENTO COM ZÍPER DA MESMA COR DO	UNIDADES	550,00	132,03	72.616,50



	TECIDO E CURSOR PERSONALIZADO COM O NOME DO MUNICÍPIO, COM BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO NA FRENTE. COR DO TECIDO - AZUL MARINHO. TAMANHO 16				
4	JAQUETA EM TECIDO MICROFIBRA COM RIBANA NAS MANGAS ESTILO GOMINHO COM A LOGO DO MUNICÍPIO BORDADA, TECIDO EXTERNO: 100% POLIÉSTER GRAMATURA 130; FORRO: O FORRO INTERNO DE POLIÉSTER NA GRAMATURA 90; PREENCHIMENTO DE FIBRA DE GRAMATURA 60, CONTENDO RECORTE LATERAL, 2 BOLSO FRONTAL, FECHAMENTO COM ZÍPER DA MESMA COR DO TECIDO E CURSOR PERSONALIZADO COM O NOME DO MUNICÍPIO, COM BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO NA FRENTE. COR DO TECIDO - AZUL MARINHO. TAMANHO P, M E G	UNIDADES	400,00	132,03	52.812,00
5	JAQUETA EM TECIDO MICROFIBRA COM RIBANA NAS MANGAS ESTILO GOMINHO COM A LOGO DO MUNICÍPIO BORDADA, TECIDO EXTERNO: 100% POLIÉSTER GRAMATURA 130; FORRO: O FORRO INTERNO DE POLIÉSTER NA GRAMATURA 90; PREENCHIMENTO DE FIBRA DE GRAMATURA 60, CONTENDO RECORTE LATERAL, 2 BOLSO FRONTAL, FECHAMENTO COM ZÍPER DA MESMA COR DO TECIDO E CURSOR PERSONALIZADO COM O NOME DO MUNICÍPIO, COM BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO NA FRENTE. COR DO TECIDO - AZUL MARINHO. TAMANHO GG E EGG	UNIDADES	100,00	132,03	13.203,00
					Soma: 264.060,00

3. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

3.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

3.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, ambas intransferíveis e de responsabilidade única do Usuário, obtidas junto ao Portal de Compras Públicas.



3.2.1 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do Usuário ou por iniciativa do Portal de Compras Públicas.

3.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

3.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

3.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.4. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital, seus Anexos e nos demais regramentos/normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.

3.5. O licitante deverá ter feito a adesão ao Portal de Compras Públicas, sendo sua a responsabilidade pela tramitação prévia neste sentido.

3.6. Será concedido tratamento preferencial para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma da lei.

3.7. Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



d) pessoa física ou jurídica que se encontre impossibilitada de participar da licitação em decorrência de registro junto ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e/ou CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), ambos mantidos pelo Poder Executivo Federal. O impedimento também é aplicado ao proponente que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

h) agente público do órgão ou entidade licitante;

i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

j) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do artigo 9º da Lei nº 14.133/2021;

k) Pessoas físicas.

3.8. NAO será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio conforme justificativa:

3.8.1. A vedação quanto à participação de consorcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitara a competitividade;

3.8.2. a participação de consórcios é recomendável quando o objeto for "*complexidade ou vulto*", o que não seria o caso deste objeto;

3.8.3. Não há argumento que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu Estudo Técnico Preliminar/Termo de Referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio;



3.8.4. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e/ou pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

3.8.5. Neste sentido, justifica-se a não participação de consórcio no presente certame;

3.9. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato².

3.10. Ainda como CONDIÇÃO PRÉVIA ao exame da habilitação e proposta do licitante, a Comissão de Licitações verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Inidôneos - Licitantes Inidôneos, pelo órgão emissor Tribunal de Contas da União;
- b) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, pelo órgão emissor Conselho Nacional de Justiça;
- c) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, pelo órgão emissor Portal da Transparência;
- d) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, pelo órgão emissor Portal da Transparência;

3.11. A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3.12. A não observância das vedações da cláusula 3.7 e das demais dispostas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita as penalidades cabíveis.

4. ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **por meio do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

² Art. 48, parágrafo único.



4.1.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º, da Lei Complementar 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

4.2. Os documentos de habilitação deverão estar no formato PDF.

4.2.1. As empresas licitantes deverão apresentar os documentos de habilitação, abaixo arrolados, para a sua habilitação no certame, os quais deverão estar válidos e em vigor na data da sessão de abertura e julgamento das propostas, da seguinte forma:

- a) em original (digitalizado);
- b) em cópia autenticada por cartório competente (digitalizado);
- c) em cópia autenticada por servidor municipal, mediante a apresentação de originais para confronto (digitalizado); ou
- d) através de publicação em órgão da imprensa oficial.

4.2.2. Documentos obtidos na rede Internet serão aceitos e considerados como originais, ainda que sejam apresentados através de cópia simples, desde que seja possível a sua verificação e confirmação de validade pela Pregoeira, na fase de habilitação.

4.3. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

4.3.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.

4.3.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3.3. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

4.3.4. Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



4.4. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pela pregoeira, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 2 (duas) horas se documentos simples, como catálogos, proposta reajustada, podendo ser conferido prazo de até 3 (três) dias úteis para documentação complexa.

5. PROPOSTA

5.1. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando o seguinte:

5.1.1. Valor unitário e total do LOTE;

5.1.2. Marca;

5.1.2.1. No campo “MARCA” da proposta eletrônica, deverá ser especificada uma única marca e modelo para cada item ofertado. Não serão aceitas expressões do tipo “diversas”, “marcas diversas”, “própria” ou quaisquer outras, **exceto para contratação de serviços.**

5.1.3. No campo “FABRICANTE” da proposta eletrônica, deverá ser especificado um único fabricante para cada item ofertado. Não serão aceitas expressões do tipo “diversas”, “fabricantes diversos”, ou quaisquer outras.

5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. A proposta de preços final atualizada deverá ser apresentada no formato PDF, em papel timbrado da empresa, contendo os dados de identificação (razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail para contato), identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da empresa, no prazo de 2 horas, a contar da solicitação da pregoeira(a).

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no edital.

5.7.1. A licitante poderá promover oferta para todos os ITENS ou para um ou mais ITENS individualmente, desde que satisfaça todas as demais exigências do edital.



6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 4 deste Edital:

6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c)** cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

6.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a)** comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b)** prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d)** prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

6.3. DEMAIS DOCUMENTOS

- a)** Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme modelo Anexo II;
- b)** Declaração de Idoneidade, conforme modelo Anexo III;
- c)** Declaração que não emprega menores, conforme Anexo IV;
- d)** Declaração de reserva de cargos, conforme Anexo V;
- e)** Declaração de Quadro Societário, conforme Anexo VI;
- f)** Declaração de Informações Complementares, conforme Anexo VII.



7. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS.

7.1. Documentos obtidos na rede Internet serão aceitos e considerados como originais, ainda que sejam apresentados através de cópia simples, desde que seja possível a sua verificação e confirmação de validade pela Pregoeira, na fase de habilitação.

7.2. As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação, deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

7.3. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no Edital e seus Anexos.

7.4. Toda a documentação deverá ser apresentada em nome da empresa licitante, ou seja, se matriz, documentos da matriz, se filial, documentos da filial, salvo aqueles que somente são emitidos em nome da matriz.

7.5. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista de microempresa e/ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, do qual o termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, nos termos do art. 43, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.5.1. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

7.6. A pregoeira (a) e/ou a Equipe de Apoio, poderá no ato da sessão, verificar o eventual descumprimento das condições de participação das empresas participantes, especialmente, quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação.

7.6.1. Constatada a existência de sanção, a pregoeira(a), julgará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;



b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.8. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.9. As declarações serão aceitas com assinatura digital ou de acordo com o previsto no item 4.2.1 deste edital.

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, a pregoeira abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

8.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 3.3.2 deste Edital.

8.3. A comunicação entre a pregoeira e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

9. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

9.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** contiverem vícios insanáveis;
- b)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c)** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.



9.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

9.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e a pregoeira dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

9.7.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7.4. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

9.7.5. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10. MODO DE DISPUTA

10.1. Aberta a etapa competitiva (sessão pública de lances), a licitante poderá encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

10.1.1. A licitante poderá oferecer lances sucessivos, considerando o valor unitário do ITEM, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

10.2. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.2.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.



10.3. Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas), poderá tê-lo cancelado pela Pregoeira através do sistema.

10.4. Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, a licitante será informada em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

10.5. A etapa de lances da Sessão Pública será no modo de disputa **Aberto e Fechado**, conforme art. 56 da Lei Federal n. 14.133/2021.

10.5.1. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

10.5.2. Encerrado o prazo previsto no subitem 10.5.1, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 15 (quinze) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

10.5.3. Encerrado o prazo de que trata o subitem 10.5.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.5.4. Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o subitem 10.5.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

10.5.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 10.5.3 e 10.5.4, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

10.5.6. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 10.5.3 e 10.5.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 10.5.5.

10.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a Pregoeira, no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.6.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11. CRITÉRIOS DE DESEMPATE



11.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, conforme segue:

11.1.1. Identificar-se-ão as propostas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada, desde que esta também não seja microempresa ou empresa de pequeno porte;

11.1.2. Ocorrendo o empate ficto, na forma do subitem anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo de 5 (cinco) minutos, situação em que passará à condição de primeira colocada;

11.1.3. Se a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada por meio do sistema não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do subitem 11.1.1, a apresentação de nova proposta no prazo previsto no subitem anterior.

11.2. Na hipótese de não ser adjudicado o objeto a microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no subitem 11.1.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

11.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no subitem 11.1.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.4. Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte satisfizer as exigências do subitem 11.1.1, será declarada melhor classificada do item/lote a licitante detentora da proposta originariamente de menor valor.

11.5. O disposto nos subitens 11.1.1 a 11.1.3 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como às empresas que deixarem de declarar a condição de beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06 no momento do envio de suas propostas pelo sistema.

11.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal n. 14.133/2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.7 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11.8. As regras previstas no item 11.6. e 11.7. não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

11.9. DA PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LOCAIS

11.9.1. Encerrada a etapa de lances, será observado o disposto no art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Municipal nº 385, de 18 de dezembro de 2023, conforme segue:

11.9.2. Identificar-se-ão as propostas ofertadas por microempresas ou empresas de pequeno porte locais³ que se encontrem até 10% (dez por cento) superiores à primeira classificada, desde que essa também esteja enquadrada como microempresas ou empresas de pequeno porte.

11.9.3. O subitem acima somente será aplicado se houverem no mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas no local³ no momento da construção do quadro referencial de preços e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

11.9.4. Na hipótese de não ser adjudicado o objeto a microempresa ou empresa de pequeno porte local enquadrada no subitem 11.9.2., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

³ Empresas sediadas no Município de Itapiranga/SC.



11.9.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no subitem 11.9.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.9.6. O disposto nos subitens 11.9.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte local, bem como às empresas que deixarem de comprovar a sede no Município de Itapiranga/SC.

12. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

12.1.1. O licitante que receber solicitação de negociação deverá responder dentro do prazo estipulado na sessão pela Pregoeira.

12.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.2. No critério de julgamento das propostas, considerar-se-á vencedora a licitante que, tendo sido classificada, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, e ofertar o **MENOR PREÇO POR LOTE.**

12.3. A Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

12.4. Concluída a negociação, a licitante melhor classificada deverá encaminhar via sistema, através de campo próprio no Portal de Compras Públicas, a proposta adequada ao último lance ofertado, e, se necessário, os documentos de qualificação técnica e os documentos complementares, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, contadas da solicitação da Pregoeira no sistema.

12.4.1. A proposta de preços atualizada, os documentos de qualificação técnica e os documentos complementares deverão estar no formato PDF.

12.5. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para aquisição do objeto e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.

12.5.1. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existente à época da abertura do certame;

12.5.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



12.5.3. suprir a ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante;

12.5.4. suprir a ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública;

12.6. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou ainda, nas hipóteses admitidas no item 12.5 e subitens, a Pregoeira, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação, por meio de campo específico no sistema.

12.6.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail: compras@itapiranga.sc.gov.br, devendo a Pregoeira, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

12.6.2. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser ajustado motivadamente pela Pregoeira a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

12.6.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pela Pregoeira.

12.6.4. Em caso de não envio dos documentos que tratam os itens 12.5 e 12.6 no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pela Pregoeira, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.7. Para fins de verificação das condições de habilitação, a Pregoeira poderá, diretamente, realizar consulta em bases de dados e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo as informações, os dados e/ou os documentos obtidos como meio legal de prova.

12.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.9. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.



12.10. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12.11. A Pregoeira poderá suspender ou reabrir a sessão pública a qualquer momento, justificadamente.

12.12. O sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas disponibilizará as Atas e Relatórios, que poderão ser visualizados e impressos pelos interessados.

13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação serão examinados pela pregoeira, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

13.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

13.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

13.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 4.3.3 e 4.3.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

13.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

14. RECURSO

14.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;



- b)** julgamento das propostas;
- c)** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d)** anulação ou revogação da licitação.

14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a)** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente⁴, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b)** a apreciação dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a)** determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b)** revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c)** proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d)** adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16. DAS AMOSTRAS

⁴ O Prazo para intenção de recurso será aberto após cada fase (julgamento das Propostas e Habilitação), ficando aberto em campo próprio do sistema a opção para manifestação da intenção de recorrer pelo prazo de 30 minutos.



16.1. A assinatura do contrato pela empresa vencedora ficará condicionada à prévia aprovação do **Relatório de Análise de Amostra (Documento em anexo)**, conforme disposto no art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Para fins de análise, a licitante provisoriamente vencedora, será convocada, para apresentar obrigatoriamente amostra dos itens por ela ofertados, conforme autoriza o § 3º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

16.3. A amostra deverá ser entregue no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da solicitação, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no endereço: Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, Município de Itapiranga/SC, sob pena de desclassificação ou aplicação das penalidades cabíveis.

16.4. A amostra apresentada será avaliada por comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação, especificamente para esse fim, que emitirá o competente Relatório de Análise de Amostra, cuja aprovação será condição indispensável para a formalização do contrato.

17. CONTRATO ADMINISTRATIVO

17.1 REGRAS GERAIS

17.1.1 O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

17.1.2 A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato no formato digital ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

17.1.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.1.4 Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.1.5 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.1.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá (a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do



preço do adjudicatário; (b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.1.7 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta (se houver) em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

17.1.8 É possível que a Administração convoque os demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

17.1.9 Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

17.1.10 Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências legais.

17.1.11 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo.

17.1.12 Os contratos administrativos obedecerão irrestritamente ao disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

17.1.13 O contrato administrativo poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta- contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço no caso de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor (art. 95, II), aplicando no que couber o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

17.1.14 O contrato terá seu valor reajustado pelo índice IPCA com data-base vinculada à data-base à data do orçamento estimado, após decorrido o prazo de 01 (um) ano.

17.1.15 O contrato administrativo será publicado no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura.



18 – DA EXECUÇÃO E ENTREGA

18.1 - As empresas vencedoras deverão executar/entregar os serviços/bens, conforme o previsto no item 4 e 5 do Termo de Referência, Anexo I a este edital.

19. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente Licitação correrão à conta da dotação orçamentária de nº:

Órgão: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Unidade: 2 - ENSINO FUNDAMENTAL

Ação: 2020 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

REF. 140

Ação: 2021 - Uniforme Escolar e Agasalhos - Ensino Fundamental

Ref. 144

Órgão: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Unidade: 3 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA

Ação: 2024 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Pré-Escola

REF. 165

Ação: 2025 - Uniforme Escolar e Agasalhos - Ed. Infantil - Pré-Escola

Ref. 168

Órgão: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Unidade: 4 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE

Ação: 2028 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche

Ref. 183

Ação: 2055 - Uniforme Escolar e Agasalhos - Ed. Infantil - Creche

Ref. 186

20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado contra empenho, no prazo de até 10 (dez) dias a contar da entrega do objeto e do recebimento da Nota Fiscal com o recebimento do responsável pela Secretaria adquirente e fiscal do Contrato.



20.2. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice do IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

20.3. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

20.4. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da ordem de compra, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 21.1 deste edital as seguintes sanções⁵:

⁵ Art. 156 ... § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

(...)



a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos⁶.

21.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 21.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

21.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 21.2 do presente Edital.

21.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.6. A aplicação das sanções previstas no item 21.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.7. Na aplicação da sanção prevista no item 21.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 21.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do **caput** do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo **regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.**

⁶ OBS.: A sanção estabelecida na alínea “d” do item 19.2 do presente Edital será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras (ART. 156, § 6º):

a) quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

b) quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente à autoridade referida na alínea “a”, supra referida, na forma de regulamento.



21.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

21.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

21.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

21.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 21.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

22. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

22.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados a pregoeira, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

22.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas nos seguintes sítios eletrônicos: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> e <https://itapiranga.atende.net/>.



23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

23.1. Uma vez homologado o processo ou, conforme o caso, firmada a contratação, o Município se obriga a:

23.1.1. Convocar a licitante vencedora para assinatura do Contrato ou retirar a Autorização de Fornecimento, a contar da notificação.

23.1.2. Realizar, sempre que necessário, a vistoria dos serviços prestados.

23.1.3. Promover os apontamentos das ocorrências relacionadas à execução do contrato.

23.1.4. Realizar o recebimento dos serviços/produtos nas formas e condições desta contratação.

23.1.5. Fornecer à licitante todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital.

23.1.6. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e ata de registro de preços/contrato a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente.

23.1.7. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução da ata de registro e/ou contrato.

23.1.8. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora e para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

23.1.9. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

23.1.10. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

23.1.11. A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas no inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1. São obrigações da CONTRATADA, além de outras inerentes ou decorrentes da presente contratação:

24.1.1. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais,



encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela CONTRATADA;

24.1.2. Prestar os serviços ou fornecer os materiais em estrita conformidade com as disposições e especificações do presente Edital, Termo de Referência, Contrato (quando existente), Proposta de Preços apresentada e nas demais legislações aplicáveis à natureza do serviço contratado;

24.1.3. Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;

24.1.4. Manter, durante toda a execução do presente objeto, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

24.1.5. Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;

24.1.6. Atender aos chamados da CONTRATANTE, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto do contrato;

24.1.7. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio da CONTRATANTE, o qual, caso haja, será dado por escrito;

24.1.8. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

24.1.9. Adotar as providências necessárias para assegurar a satisfatória execução do Contrato e os fins a que se destina;

24.1.10. Efetuar a troca dos produtos entregues ou correção dos serviços prestados, objeto desta licitação, que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para o Município.

24.1.10.1. A inobservância ao disposto acima implicará no não pagamento do valor devido à licitante vencedora, até que ocorra a necessária regularização.

24.1.11. A inadimplência da licitante vencedora não transfere ao Município de Itapiranga a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contratado.

24.1.12. A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, transferir a terceiros, nem sub-rogar direitos e obrigações decorrentes do Contrato, sem o prévio e expresse consentimento da CONTRATANTE.

24.1.13. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial à CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo



excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

24.1.14. A licitante deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

24.1.15. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, consoante o art. 125 da Lei 14.133/2021. Facultada a supressão além deste percentual, mediante acordo entre as partes contratantes.

24.1.16. Demais obrigações devem ser observadas junto ao Anexo I, Termo de Referência do Edital.

25. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

25.1. A concessão de revisão ou recomposição, reajuste, e repactuação dos preços se dará na forma da lei.

25.1.1. Os prazos para resposta ao pedido de repactuação de preços e de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 05 dias úteis.

25.2. Os preços apresentados nas propostas serão permanentes e irrevogáveis em período inferior a 12 (doze) meses, de acordo com a legislação vigente, podendo ser corrigido pelo IPCA após o período citado com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

26. DA VIGÊNCIA.

26.1. O contrato terá vigência de 12 meses, conforme previsto no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e outras legislações pertinentes.

27. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

27.1. Quando da inexecução total ou parcial da entrega dos produtos ou serviços contratados, fica assegurado ao Município o direito de rescisão, respeitado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

27.2. A extinção do contrato poderá ser:

27.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

27.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;



27.2.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

27.3. A formalização da extinção do contrato deverá observar o disposto nos art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

28.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

28.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira.

28.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

28.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga/SC para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

29. DOS ANEXOS

29.1. Fazem parte do presente Edital:

- a) Anexo I – Relação dos itens para proposta, Termo de Referência do Edital;
- b) Anexo II – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c) Anexo III - Declaração de Idoneidade;
- d) Anexo IV – Declaração que não emprega menores;
- e) Anexo V – Declaração de reserva de cargos;
- f) Anexo VI – Declaração de Quadro Societário;
- g) Anexo VII – Declaração de Informações Complementares;
- h) Anexo VIII - Modelo contrato.

Itapiranga/SC, 04 de maio de 2026.

ALEXANDRE GOMES RIBAS

Prefeito



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Município de Itapiranga.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de jaquetas confeccionadas em tecido microfibra, com forro térmico**, destinadas aos alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino do Município de Itapiranga, conforme desenho em anexo.

As jaquetas deverão ser novas, de primeiro uso, confeccionadas com material de qualidade, resistência e durabilidade adequadas ao uso escolar diário, proporcionando conforto térmico, proteção contra intempéries e padronização do vestuário escolar.

A contratação compreende o fornecimento, por parte da empresa vencedora, de:

- Confeção das jaquetas em tecido microfibra;
- Aplicação de forro térmico interno;
- Fornecimento em tamanhos variados, conforme o levantamento efetuado pela própria empresa junto às escolas da Rede Municipal de Ensino de Itapiranga;
- Personalização com identificação oficial do Município (logomarca/brasão bordado na frente conforme ficha técnica);
- Entrega dos itens conforme cronograma e locais a serem definidos pela Administração Municipal.

O quantitativo total, a grade de tamanhos, as especificações técnicas detalhadas e demais condições de fornecimento constarão nos itens subsequentes deste Termo de Referência.

O objetivo da aquisição é assegurar melhores condições de permanência dos alunos nas unidades escolares, especialmente em períodos de baixas temperaturas, promovendo conforto, bem-estar e padronização no ambiente escolar, conforme especificado:

LOTE Nº 01 - JAQUETA EM TECIDO MICROFIBRA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MED.	QUANTID ADE	VLR. UNIT.	TOTAL R\$
01	Jaqueta em tecido microfibra com ribana nas mangas estilo gominho com a logo do município bordada, tecido externo: 100% poliéster gramatura 130; forro: O forro interno de poliéster na gramatura 90; preenchimento de fibra de gramatura 60, contendo recorte lateral, 2 bolso frontal, fechamento com zíper da mesma cor do tecido e cursor personalizado com o nome do município, com brasão do município bordado na frente. Cor do tecido - azul marinho. Tamanho 4, 6, 8	Unidades	400	132,03	52.812,00



02	Jaqueta em tecido microfibrã com ribana nas mangas estilo gominho com a logo do município bordada, tecido externo: 100% poliéster gramatura 130; forro: O forro interno de poliéster na gramatura 90; preenchimento de fibra de gramatura 60, contendo recorte lateral, 2 bolso frontal, fechamento com zíper da mesma cor do tecido e cursor personalizado com o nome do município, com brasão do município bordado na frente. Cor do tecido - azul marinho. Tamanho 10, 12, 14	Unidades	550	132,03	72.616,50
03	Jaqueta em tecido microfibrã com ribana nas mangas estilo gominho com a logo do município bordada, tecido externo: 100% poliéster gramatura 130; forro: O forro interno de poliéster na gramatura 90; preenchimento de fibra de gramatura 60, contendo recorte lateral, 2 bolso frontal, fechamento com zíper da mesma cor do tecido e cursor personalizado com o nome do município, com brasão do município bordado na frente. Cor do tecido - azul marinho. Tamanho 16	Unidades	550	132,03	72.616,50
04	Jaqueta em tecido microfibrã com ribana nas mangas estilo gominho com a logo do município bordada, tecido externo: 100% poliéster gramatura 130; forro: O forro interno de poliéster na gramatura 90; preenchimento de fibra de gramatura 60, contendo recorte lateral, 2 bolso frontal, fechamento com zíper da mesma cor do tecido e cursor personalizado com o nome do município, com brasão do município bordado na frente. Cor do tecido - azul marinho. Tamanho P, M e G	Unidades	400	132,03	52.812,00
05	Jaqueta em tecido microfibrã com ribana nas mangas estilo gominho com a logo do município bordada, tecido externo: 100% poliéster gramatura 130; forro: O forro interno de poliéster na gramatura 90; preenchimento de fibra de gramatura 60, contendo recorte lateral, 2 bolso frontal, fechamento com zíper da mesma cor do tecido e cursor personalizado com o nome do município, com brasão do município bordado na frente. Cor do tecido - azul marinho. Tamanho GG e EGG	Unidades	100	132,03	13.203,00
TOTAL			2.000	132,03	264.060,00

A contratação será realizada em conformidade com os princípios previstos no art. 5º da **Lei nº 14.133/2021**, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e ao atendimento do interesse público, especialmente no que se refere à melhoria da infraestrutura física das unidades escolares municipais.

Quanto a natureza do objeto se enquadra:



(x) Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 111, de 15 de abril de 2025.

(x) Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

O prazo de vigência do contrato será 12 meses.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução da necessidade administrativa, que vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico é a contratação de empresa especializada para a confecção de Jaquetas em Tecido Microfibra com Forro Térmico, tendo como principais características o conforto, durabilidade, redução de custos no ciclo de vida, resistência mediante personalização para serem distribuídas à todos os estudantes da Rede Pública Municipal de Itapiranga.

A solução adotada mostra-se a mais adequada para atender ao interesse público, considerando as características climáticas do Município de Itapiranga, especialmente nos períodos de inverno, quando as temperaturas podem comprometer o conforto térmico dos alunos. Além disso, a padronização do vestuário escolar contribui para:

- Promoção da igualdade entre os alunos;
- Redução de vulnerabilidades sociais;
- Fortalecimento da identidade institucional da Rede Municipal de Ensino;
- Melhoria das condições de permanência e aprendizagem.

Dessa forma, a aquisição das jaquetas com forro térmico configura solução eficiente, adequada e alinhada ao interesse público, atendendo às necessidades da Administração Municipal e da comunidade escolar.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a **aquisição de jaquetas confeccionadas em tecido microfibra, com forro térmico**, destinadas aos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Itapiranga.

O objeto enquadra-se como **bem comum**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1. Forma de Contratação – Lote Único



A contratação será realizada **em lote único**, compreendendo o fornecimento integral de todas as jaquetas previstas neste Termo de Referência. A adoção do critério de julgamento por lote único justifica-se pela natureza do objeto, que demanda:

- Padronização de modelo, tecido, cor e personalização;
- Uniformidade na qualidade dos materiais e do acabamento;
- Garantia de homogeneidade na identidade visual da Rede Municipal de Ensino;
- Melhor controle logístico e de distribuição;
- Responsabilidade concentrada em um único fornecedor, facilitando a gestão e fiscalização contratual.

Nos termos do art. 40, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deverá ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso. No entanto, no presente caso, o parcelamento não se mostra adequado, pois poderia comprometer a padronização dos itens, gerar divergências de qualidade e acabamento entre fornecedores distintos, além de dificultar a gestão contratual. Assim, a contratação em lote único revela-se tecnicamente justificada e administrativamente mais eficiente, atendendo aos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público.

4.2. Requisitos Técnicos

- As jaquetas deverão ser confeccionadas em tecido microfibra resistente na cor azul marinho (conforme ficha técnica), de boa durabilidade e adequado ao uso escolar diário;
- Deverão possuir forro térmico interno, garantindo proteção contra baixas temperaturas;
- O material deverá apresentar acabamento de qualidade, com costuras reforçadas e resistência ao desgaste;
- Fechamento frontal em zíper resistente na mesma cor do tecido (azul marinho);
- Modelagem compatível com o público infantil e juvenil;
- Personalização com brasão ou logomarca oficial do Município (conforme padrão ficha técnica) a ser disponibilizado pela Administração;

4.3. Requisitos de Qualidade

- Os produtos deverão ser novos e de primeiro uso;
- Deverão atender às normas técnicas aplicáveis à confecção de vestuário;
- Não poderão apresentar defeitos de fabricação, vícios ou falhas no tecido, forro, costuras ou personalização;
- Deverá ser assegurada garantia contra defeitos de fabricação.

4.4. Levantamento de Medidas

A empresa contratada será responsável por realizar o **levantamento individual das medidas dos alunos**, diretamente nas seguintes unidades escolares da Rede Municipal de Ensino:

NOME DA ESCOLA	LOCALIDADE	DISTÂNCIA DA SEDE DO MUNICÍPIO	RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO
EM. Funei	Centro	Perímetro Urbano	Márcio Pauli
EMI Bela Vista	Bairro Jardim Bela	Perímetro Urbano	Denise Friedrich



	Vista		
EMI Esperança	Bairro Santa Teresa	Perímetro Urbano	Ricardo Schaefer
EMEI São Vicente	Centro	Perímetro Urbano	Roseli Schaefer Rauscher
EMIR Oscar Puhl	Linha Sede Capela	10 km	Tatiane Teresinha Orth Becker
EMIR Celestino Forneck	Linha Popi	15 km	Luis Schaefer
EMR Santo Antônio	Linha Santo Antônio	20 Km	Marilete Staub
Escola da Linha Conceição (Ed. Infantil)	Linha Conceição	26 km	Paulo Werguth
EMEI Irmã Tabita	Linnha Soledade	15,5 km	Clicério Loevenstein
EMI Ludovico Jungbluth	Linha Santa Fé	6 km	Solange Pauli

O levantamento deverá:

- Ser realizado por profissionais capacitados;
- Garantir a adequada identificação de cada aluno e respectiva unidade escolar;
- Observar organização e agilidade, evitando prejuízo às atividades pedagógicas;
- Assegurar a correta definição dos tamanhos, reduzindo a necessidade de trocas posteriores.

JUSTIFICATIVA: A exigência de que a empresa vencedora do certame realize o levantamento individual nas unidades escolares visa, primeiramente, garantir a precisão e a adequação da jaqueta a ser fornecida, considerando as características específicas de cada instituição e o tamanho real das crianças.

Essa exigência busca assegurar que o fornecimento do item seja adequado e eficiente, atendendo aos requisitos estabelecidos de forma mais precisa do que a simples utilização de tabelas de tamanhos, garantindo que não haja falhas ou problemas com o fornecimento das peças.

4.5. Requisitos de Entrega

A entrega das jaquetas deverá ser realizada **diretamente nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino**, conforme cronograma e quantitativos definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

A contratada deverá:

- Entregar os itens devidamente embalados e identificados por aluno e por unidade escolar;
- Organizar os volumes de forma a facilitar a conferência e distribuição;
- Substituir, no prazo estipulado em edital ou contrato, quaisquer peças que apresentem defeitos, desconformidades ou inadequação de tamanho.

4.6. Requisitos de Habilitação

A empresa contratada deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, bem como capacidade técnica compatível com o objeto, conforme exigências previstas na legislação vigente e no instrumento convocatório.

Dessa forma, os requisitos estabelecidos asseguram que a contratação atenda aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, garantindo a adequada execução do objeto pretendido pela Administração Municipal.



4.7 - DAS OBRIGAÇÕES

4.7.1 - Caberá à **CONTRATANTE**:

- I - Emitir a Ordem de Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;
- II - Responsabilizar-se pela lavratura da respectiva licitação por pregão eletrônico com base nas disposições estabelecidas neste Termo de Referência, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 14.133/21;
- III - Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a execução dos itens;
- IV - Atestar as faturas correspondentes à execução dos serviços, por intermédio do servidor competente;
- V - Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

4.7.2 - Das obrigações gerais da **CONTRATADA**:

- I - Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela CONTRATADA;
- II - Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;
- III - Manter, durante toda a execução do presente objeto, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- IV - Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;
- V - Atender aos chamados da CONTRATANTE, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto do contrato;
- VI - Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
- VII - Adotar as providências necessárias para assegurar a satisfatória execução do Contrato e os fins a que se destina;
- VIII - Efetuar a troca dos produtos entregues, objeto desta licitação, que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para o Município.
- IX - Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial à CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.



X - A licitante deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XI - Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, consoante o art. 125 da Lei 14.133/2021. Facultada a supressão além deste percentual, mediante acordo entre as partes contratantes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O modelo de execução do objeto observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório, garantindo a adequada execução contratual e o atendimento ao interesse público do Município de Itapiranga. A execução do objeto ocorrerá conforme as etapas descritas a seguir:

5.1 DA AMOSTRA ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO

I – A assinatura do contrato pela empresa vencedora ficará condicionada à prévia aprovação do **Relatório de Análise de Amostra (Documento em anexo)**, conforme disposto no art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

II – Para fins de análise, a licitante vencedora deverá apresentar amostra do item por ela ofertado, conforme autoriza o § 3º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

III – A amostra deverá ser entregue no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da solicitação, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no endereço: Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, Município de Itapiranga/SC, sob pena de desclassificação ou aplicação das penalidades cabíveis.

IV – A amostra apresentada será avaliada por comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação, especificamente para esse fim, que emitirá o competente Relatório de Análise de Amostra, cuja aprovação será condição indispensável para a formalização do contrato.

5.2 Planejamento e Cronograma

Após a assinatura do contrato, será realizada reunião inicial em no máximo 5 dias corridos entre a Secretaria Municipal de Educação e a empresa contratada para:

- Definição do cronograma de levantamento de medidas;
 - Estabelecimento das datas de visita às unidades escolares;
 - Alinhamento quanto ao padrão de personalização (brasão/logomarca);
 - Definição da logística de confecção e entrega.
- O cronograma deverá ser rigorosamente cumprido pela contratada:



Etapa	Prazo máximo	Início da contagem
Reunião inicial	5 (cinco) dias corridos	Assinatura do contrato
Levantamento de medidas nas unidades escolares	10 (dez) dias corridos	Data da reunião inicial
Confecção e entrega das jaquetas nas unidades escolares	45 (quarenta e cinco) dias corridos	Conclusão do levantamento de medidas

5.3. Levantamento de Medidas

A contratada deverá realizar o levantamento individual das medidas dos alunos diretamente nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino no prazo máximo 10 dias corridos. O procedimento deverá:

- Ser executado por equipe identificada e capacitada;
- Respeitar os horários e a organização das escolas;
- Garantir registro adequado das medidas por aluno e por unidade escolar;
- Minimizar impactos nas atividades pedagógicas.

Eventuais inconsistências identificadas deverão ser imediatamente comunicadas à Secretaria Municipal de Educação.

5.4. Confecção das Jaquetas

Após o levantamento das medidas, a contratada deverá iniciar a confecção das jaquetas, observando:

- As especificações técnicas previstas neste Termo de Referência;
- A padronização de modelo, cor, tecido e forro térmico;
- A aplicação correta da personalização oficial do Município;
- Padrões adequados de qualidade e acabamento.
- A produção deverá assegurar uniformidade e conformidade com as medidas coletadas.

5.5. Entrega

A entrega deverá ser realizada diretamente nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino abaixo discriminadas:

NOME DA ESCOLA	LOCALIDADE	DISTÂNCIA DA SEDE DO MUNICÍPIO	RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO
EM. Funei	Centro	Perímetro Urbano	Márcio Pauli
EMI Bela Vista	Bairro Jardim Bela Vista	Perímetro Urbano	Denise Friedrich
EMI Esperança	Bairro Santa Teresa	Perímetro Urbano	Ricardo Schaefer
EMEI São Vicente	Centro	Perímetro Urbano	Roseli Schaefer Rauscher
EMIR Oscar Puhl	Linha Sede Capela	10 km	Tatiane Teresinha Orth



			Becker
EMIR Celestino Forneck	Linha Popi	15 km	Luis Schaefer
EMR Santo Antônio	Linha Santo Antônio	20 Km	Marilete Staub
Escola da Linha Conceição (Ed. Infantil)	Linha Conceição	26 km	Paulo Werguth
EMEI Irmã Tabita	Linha Soledade	15,5 km	Clicério Loevenstein
EMI Ludovico Jungbluth	Linha Santa Fé	6 km	Solange Pauli

As jaquetas deverão:

- Estar devidamente embaladas;
- Estar identificadas por aluno e por unidade escolar;
- Ser entregues acompanhadas de relatório contendo quantitativo por escola e relação nominal, quando exigido pela Administração.

* A conferência será realizada por servidor designado, que poderá recusar itens que não estejam em conformidade com as especificações.

* O recebimento provisório e definitivo seguirá os termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

5.6. Substituições e Garantia

A contratada deverá substituir, no prazo estabelecido no contrato, quaisquer peças que:

- Apresentem defeito de fabricação;
- Estejam em desacordo com as especificações;
- Possuam tamanho incompatível com as medidas coletadas.

A garantia contra defeitos de fabricação deverá observar o prazo mínimo estabelecido no edital e contrato.

5.7. Fiscalização

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração Municipal, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, cabendo à contratada prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados.

O modelo de execução ora definido assegura controle, padronização, eficiência logística e qualidade no fornecimento das jaquetas aos alunos da Rede Municipal de Ensino.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

I - A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal nº 111/2025, que "Estabelece regras e diretrizes para a aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, no âmbito do Poder Executivo do Município de Itapiranga".

II - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal, ou pelos respectivos substitutos.



III - O fiscal do contrato acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

IV - O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências Relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

V - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

VI - O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

VII - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor.

VIII - O fiscal do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

IX - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

X - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato.

Gestor:

Nome: Elaine Kummer Mueller
Cargo: Secretária Municipal de Educação
Matrícula: 10.186-01
E-mail: secedu@itapiranga.sc.gov.br

Fiscal:

Nome: Ricardo Kraemer
Cargo: Escriturário
Matrícula: 6405-01
E-mail: sme@itapiranga.sc.gov.br

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

I - O Município efetuará o pagamento do Objeto desta Licitação, à contratada, no prazo de até dez dias após a entrega das Jaquetas em Tecido Microfibras forradas (Forro **térmico**), para os alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Itapiranga, mediante apresentação da respectiva Nota(s) Fiscal (is) devidamente atestada pelo fiscal do contrato.



II - A Nota Fiscal/Fatura deverá conter a descrição do item, preço unitário e total, de conformidade com a proposta da contratada, bem como, devem ainda constar na Nota Fiscal o número do respectivo Processo Licitatório e o número da conta bancária da empresa;

III - Havendo retenção de tributos, na forma da legislação em vigor, na Nota Fiscal deverão vir discriminados os valores correspondentes.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

A presente contratação tem por objeto o Aquisição de Jaquetas em Tecido Microfibra forradas (Forro **térmico**), para os alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Itapiranga, constituindo **lote único**, abrangendo todas as unidades contempladas, de forma integrada e indivisível.

Trata-se de **aquisição de bens comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser **objetivamente definidos no edital** por meio de especificações usuais de mercado, permitindo avaliação uniforme das propostas.

A contratação será realizada mediante **licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço**, em conformidade com os arts. 6º, inciso XLI, 17, §2º, 34, e 46 da Lei nº 14.133/2021, sendo que a opção pelo **lote único** se justifica pela necessidade de execução integrada do fornecimento e instalação, garantindo **compatibilidade técnica, padronização estética e eficiência da fiscalização**, sem prejuízo da competitividade e da economicidade da contratação.

A modalidade e a estrutura do lote adotadas asseguram a observância aos princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento e economicidade**, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e o atendimento pleno do interesse público.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada no valor total de R\$ **264.060,00** (duzentos e sessenta e quatro mil e sessenta reais).

LOTE Nº 01 - JAQUETA EM TECIDO MICROFIBRA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MED.	QUANTIDADE	VLR. UNIT.	TOTAL R\$
01	Jaqueta em tecido microfibra com ribana nas mangas estilo gominho com a logo do município bordada, tecido externo: 100% poliéster gramatura 130; forro: O forro interno de poliéster na gramatura 90; preenchimento de fibra de gramatura 60, contendo recorte lateral, 2 bolso frontal, fechamento com zíper da mesma cor do tecido e cursor personalizado com o nome do município, com brasão do município bordado na frente. Cor do tecido - azul marinho. Tamanho 4, 6, 8	Unidades	400	132,03	52.812,00
02	Jaqueta em tecido microfibra com ribana nas mangas estilo gominho com a logo do município bordada, tecido	Unidades	550	132,03	72.616,50



	externo: 100% poliéster gramatura 130; forro: O forro interno de poliéster na gramatura 90; preenchimento de fibra de gramatura 60, contendo recorte lateral, 2 bolso frontal, fechamento com zíper da mesma cor do tecido e cursor personalizado com o nome do município, com brasão do município bordado na frente. Cor do tecido - azul marinho. Tamanho 10, 12, 14				
03	Jaqueta em tecido microfibrã com ribana nas mangas estilo gominho com a logo do município bordada, tecido externo: 100% poliéster gramatura 130; forro: O forro interno de poliéster na gramatura 90; preenchimento de fibra de gramatura 60, contendo recorte lateral, 2 bolso frontal, fechamento com zíper da mesma cor do tecido e cursor personalizado com o nome do município, com brasão do município bordado na frente. Cor do tecido - azul marinho. Tamanho 16	Unidades	550	132,03	72.616,50
04	Jaqueta em tecido microfibrã com ribana nas mangas estilo gominho com a logo do município bordada, tecido externo: 100% poliéster gramatura 130; forro: O forro interno de poliéster na gramatura 90; preenchimento de fibra de gramatura 60, contendo recorte lateral, 2 bolso frontal, fechamento com zíper da mesma cor do tecido e cursor personalizado com o nome do município, com brasão do município bordado na frente. Cor do tecido - azul marinho. Tamanho P, M e G	Unidades	400	132,03	52.812,00
05	Jaqueta em tecido microfibrã com ribana nas mangas estilo gominho com a logo do município bordada, tecido externo: 100% poliéster gramatura 130; forro: O forro interno de poliéster na gramatura 90; preenchimento de fibra de gramatura 60, contendo recorte lateral, 2 bolso frontal, fechamento com zíper da mesma cor do tecido e cursor personalizado com o nome do município, com brasão do município bordado na frente. Cor do tecido - azul marinho. Tamanho GG e EGG	Unidades	100	132,03	13.203,00
TOTAL			2.000	132,03	264.060,00

A pesquisa de preço está acostada aos documentos do processo, especificadamente do formulário de pesquisa.

Vislumbra-se que tais valores são compatíveis com os praticados pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 111/2025, que "Estabelece regras e diretrizes para a aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, no âmbito do Poder Executivo do Município de Itapiranga".

10. DEMAIS INFORMAÇÕES CONFORME ARTIGO 40, § 1º

Em atendimento ao disposto no art. 40, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, registram-se as seguintes informações complementares acerca da presente contratação, destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Itapiranga:

10.1. Padronização



A aquisição observará rigorosa padronização quanto ao modelo, cor, tipo de tecido (microfibras), forro térmico e aplicação da identidade visual do Município, garantindo uniformidade entre todas as peças fornecidas.

10.2. Parcelamento

Conforme justificativa constante neste Termo de Referência, a contratação será realizada em **lote único**, considerando que o parcelamento não se mostra técnica nem economicamente vantajoso, podendo comprometer a padronização, a qualidade final dos produtos e a gestão contratual.

10.3. Sustentabilidade

Na execução do objeto, a contratada deverá observar, sempre que possível:

- Práticas de produção que minimizem impactos ambientais;
- Utilização de materiais que atendam às normas ambientais vigentes;
- Destinação ambientalmente adequada de resíduos provenientes da confecção.

10.4. Garantia e Assistência

Deverá ser assegurada garantia contra defeitos de fabricação, conforme prazo estabelecido no edital e contrato, obrigando-se a contratada a substituir, sem ônus adicional para a Administração, quaisquer itens que apresentem vícios ou desconformidades.

10.5. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação total do objeto. A subcontratação parcial, se permitida no edital, deverá observar os limites legais e dependerá de prévia e expressa autorização da Administração.

10.6. Vigência Contratual

A vigência do contrato será estabelecida no instrumento convocatório, considerando o prazo necessário para levantamento de medidas, confecção, entrega e eventuais substituições.

Dessa forma, as disposições acima complementam os elementos exigidos pelo art. 40, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando que a contratação atenda aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta das dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício vigente (2026):

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Ação : 2021 - Uniforme Escolar e Agasalhos - Ensino Fundamental

Ref. 131 - Transferência de Rec. da União - Salário Educação

Ref. 409 - Transf. de Rec. da União Salário-Educação



Ação: 2025 - Uniforme Escolar e Agasalhos - Ed. Infantil - Pré-Escola

Ref. 154 - Transferência de Rec. da União - Salário Educação

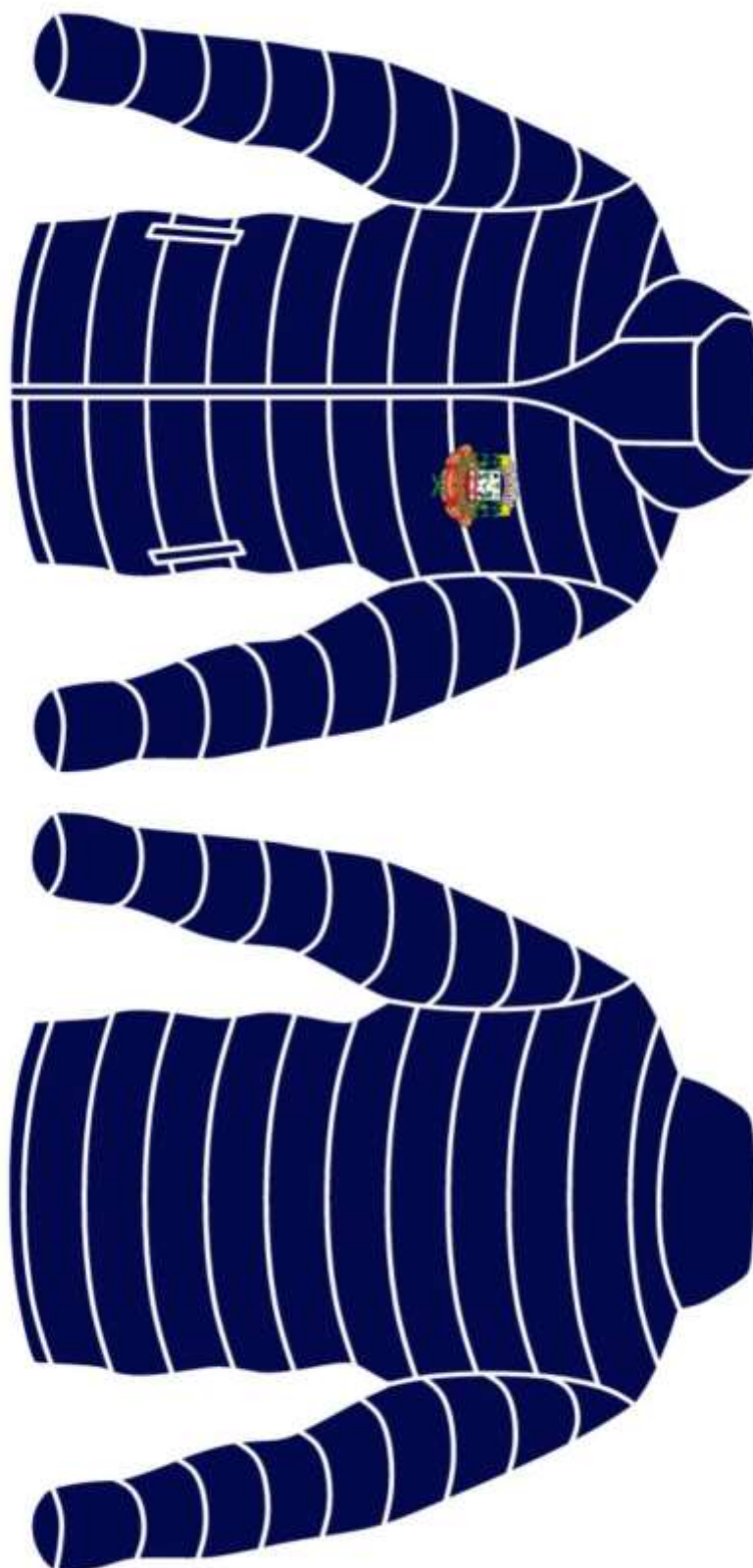
Itapiranga -SC., DATA DA ELABORAÇÃO: 27 de fevereiro 2026.

Nome: Elaine K. Mueller

Cargo: Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



ANEXO I – DO TERMO DE REFERÊNCIA - DESENHO DA
JAQUETA



ANEXO II – DO TERMO DE REFERÊNCIA - RELATÓRIO DE ANÁLISE DE AMOSTRA, CONFORME DISPOSTO NO ART. 41, II, LEI Nº 14.133/2021

1. DADOS GERAIS

Processo Licitatório nº:	
Objeto:	
Empresa Arrematante:	
CNPJ:	
Data de Recebimento da Amostra:	__/__/__
Data da Análise:	__/__/__
Membros da Comissão de Avaliação:	1. _____ 2. _____ 3. _____

2. ITENS DE VERIFICAÇÃO TÉCNICA

Instrução: Marcar "C" (Conforme), "NC" (Não Conforme) ou "NA" (Não se Aplica) para cada critério. O campo "Observações" deve ser utilizado para detalhar eventuais não conformidades ou ressalvas.

Categoria	Item	Critério de Avaliação	Avaliação	Observações
A. MATERIAIS	A.1	Tecido Externo	Conforme especificação do edital (tipo, gramatura, composição). Ausência de falhas, manchas ou furos.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NA
	A.2	Forro Interno	Conforme especificação do edital (tipo, cor, toque). Costurado de forma uniforme, sem franzidos ou sobras.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NA
	A.3	Zíper	Material e cor conforme edital. Deslizamento suave, sem	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NA



Categoria	Item	Critério de Avaliação	Avaliação	Observações
			travamentos. Dentes alinhados e sem falhas.	
	A.4	Linha de Costura	Cor e resistência compatíveis com o tecido, conforme especificação.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NA
B. CONFECÇÃO E ACABAMENTO	B.1	Costuras	Retas, uniformes, sem sobreposições ou pontos falhados. Costuras de reforço em pontos de tensão (ombros, cavas).	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NA
	B.2	Acabamento Interno	Ausência de fios soltos, rebarbas de tecido ou costuras tortas. Forro bem-fixado.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NA
	B.3	Simetria	Mangas, bolsos e gola com tamanhos e posicionamentos simétricos.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NA
	B.4	Bolsos	Tamanho, profundidade e acabamento conforme especificado. Costuras reforçadas.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NA
	B.5	Punhos e Barra	Elasticidade adequada (se aplicável), sem deformações. Acabamento uniforme.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NA
C. IDENTIDADE	C.1	Brasão/Logo	Tipo de aplicação	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC



Categoria	Item	Critério de Avaliação	Avaliação	Observações
VISUAL			(bordado, etc.) conforme edital. Fidelidade de cores, dimensões e posicionamento.	<input type="checkbox"/> NA
	C.2	Cores do Tecido	Tonalidade do tecido externo e do forro corresponde à paleta de cores definida no edital.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NA
D. CONFORMIDADE GERAL	D.1	Tamanho/Modelagem	A modelagem corresponde à tabela de medidas e ao tamanho indicado na etiqueta da amostra.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NA
	D.2	Etiqueta	Contém informações obrigatórias (composição, instruções de lavagem, CNPJ do fabricante, tamanho).	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NA

3. RESULTADO DA ANÁLISE

Com base na verificação dos itens acima, a comissão delibera pelo seguinte resultado:

- () **AMOSTRA APROVADA:** O produto atende a todos os critérios essenciais especificados no edital. A amostra servirá como padrão de conformidade para o recebimento dos lotes subsequentes.
- () **AMOSTRA APROVADA COM RESSALVAS:** Foram identificados defeitos de natureza não impeditiva. A contratada deverá corrigi-los nas entregas futuras, sob pena de recusa do lote.
- () **AMOSTRA REPROVADA:** Foram identificados defeitos de natureza impeditiva ou o produto não atendeu a critérios essenciais de qualidade/especificação. A reprovação configura descumprimento contratual.

Parecer Descritivo da Comissão (Justificativa detalhada da decisão):

4. DECLARAÇÃO DA COMISSÃO



Declaramos que a análise da amostra foi conduzida com base nos critérios objetivos estabelecidos no edital de licitação e detalhados neste documento, em observância aos princípios da legalidade, da impessoalidade e do julgamento objetivo.

Itapiranga/SC, ____ de _____ de _____.

Assinaturas:

(Nome Completo do Membro 1) *Membro da Comissão*

(Nome Completo do Membro 2) *Membro da Comissão*

(Nome Completo do Membro 3) *Membro da Comissão*



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME e EPP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no edital, que se enquadra como MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, e, ainda que no ano calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da referida Lei.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura



ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa _____, estabelecida _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Senhor (a), _____, no uso de suas atribuições, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório em pauta, na modalidade Pregão, instaurado por esse órgão público, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de licitar ou contratar com o Poder Público ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura



ANEXO IV

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

A Empresa _____, estabelecida a _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal/proprietário, Senhor (a) _____, portador (a) do RG nº _____ e CPF nº _____, no uso de suas atribuições legais **DECLARA**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, cumprindo o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz ().

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura



ANEXO V

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

(Razão Social da Empresa) _____,

CNPJ Nº _____, sediada na (endereço completo)

_____, DECLARA sob as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Município de _____, dia ____ de _____ de 202 ____.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura



ANEXO VI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO

(Razão Social da Empresa) _____, CNPJ Nº
_____, sediada na _____ (endereço completo)
_____, DECLARA sob
as penas da lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de
empresa pública e de sociedade de economia mista.

Município de _____, dia ____ de _____ de 202__.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura



ANEXO VII

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Razão Social:

Nome Fantasia:

CNPJ:

Endereço completo:

Contatos: (contendo nome, setor, telefone e e-mail)

Dados do representante legal para assinatura do contrato: (nome, CPF, qualificação)

DECLARAMOS para os devidos fins que o **endereço eletrônico** da empresa _____ é destinado ao recebimento de informações devidas do Procedimento Licitatório nº

DECLARAMOS ainda que se houver alterações dos contatos os mesmos serão informados para os e-mails: compras@itapiranga.sc.gov.br.

_____, em ____ de _____ 20 ____.

(nome e assinatura do responsável legal)

(nº RG)



ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA** E A EMPRESA _____, OBJETIVANDO...

O **MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA – SC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça das Bandeiras, 200, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, com CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **Alexandre Gomes Ribas**, brasileiro, residente e domiciliado neste Município de Itapiranga, SC, portador do CPF nº, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____ estabelecida na Rua _____, na cidade e Município de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, representada neste ato pelo seu Administrador Sr. _____, brasileiro, portador do CPF n. _____ e CI n. _____, doravante denominado **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente Termo, em decorrência do Processo Licitatório na Pregão Eletrônico nº de conformidade com o que preceitua a Lei nº 14.133/2021 mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- O presente Contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE JAQUETAS EM TECIDO MICROFIBRA FORRADAS (FORRO TÉRMICO), PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**, de acordo com os itens abaixo e especificações constantes neste Edital.

1.2 – Relação de itens:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade Estimada/Ano	Preço Unit.	Preço Total

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS

2.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta da CONTRATADA.



CLAUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO/ENTREGA

3.1. Os itens deverão ser entregues seguindo o descritivo e o cronograma estabelecido no Anexo I – Termo de Referência do Edital convocatório, livres de frete e descarga.

3.1.1. As jaquetas deverão ser confeccionadas em tecido microfibra resistente na cor azul, de boa durabilidade e adequado ao uso escolar diário;

3.1.2. Deverão possuir forro térmico interno, garantindo proteção contra baixas temperaturas;

3.1.3. O material deverá apresentar acabamento de qualidade, com costuras reforçadas e resistência ao desgaste;

3.1.4. Fechamento frontal em zíper resistente na mesma cor do tecido (azul marinho);

3.1.5. Modelagem compatível com o público infantil e juvenil;

3.1.6. Personalização com brasão ou logomarca oficial do Município (conforme padrão ficha técnica) a ser disponibilizado pela Administração.

3.1.7. Os produtos deverão ser novos e de primeiro uso.

3.2. O município se reserva ao direito de em qualquer momento após a entrega dos itens desse edital, havendo dúvida sobre a composição dos tecidos/qualidade do produto, de solicitar a análise dos produtos entregues ao Município. A análise será realizada junto a um laboratório especializado, a escolha do município e o os custos para realização da mesma será de inteira responsabilidade da empresa vencedora do item/Lote.

3.3. A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

3.4. Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

3.5. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

3.6. O Município terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.



3.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATANTE pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLAUSULA QUARTA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto da presente Licitação correrão à conta da dotação orçamentária de nº:

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

5.1 - O contrato terá vigência de 12 meses, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e outras legislações pertinentes.

5.2 - Durante os primeiros doze meses o valor mensal não sofrerá reajuste nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique, conforme disposto na Lei 14.133/2021. Após será aplicada a variação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses ou de outro índice que, eventualmente, o substitua. Na indisponibilidade do IPCA de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

5.3 - O primeiro reajuste somente ocorrerá depois de decorridos 12 (doze) meses da data-base do orçamento estimado, e assim sucessivamente com os demais possíveis reajustes.

CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Uma vez homologado o processo ou, conforme o caso, firmada a contratação, o Município se obriga a:

6.1.1. Convocar a licitante vencedora para assinatura do Contrato ou retirar a Autorização de Fornecimento, a contar da notificação.

6.1.2. Realizar, sempre que necessário, a vistoria dos serviços prestados.

6.1.3. Promover os apontamentos das ocorrências relacionadas à execução do contrato.

6.1.4. Realizar o recebimento dos serviços/produtos nas formas e condições desta contratação.

6.1.5. Fornecer à licitante todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital.

6.1.6. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e ata de registro de preços/contrato a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente.

6.1.7. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.



6.1.8. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora e para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.9. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

6.1.10. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

6.1.11. A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas no inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 São obrigações da CONTRATADA, além de outras inerentes ou decorrentes da presente contratação:

7.1.1. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela CONTRATADA;

7.1.2. Prestar os serviços ou fornecer os materiais em estrita conformidade com as disposições e especificações do presente Edital, Termo de Referência, Contrato (quando existente), Proposta de Preços apresentada e nas demais legislações aplicáveis à natureza do serviço contratado;

7.1.3. Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;

7.1.4. Manter, durante toda a execução do presente objeto, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

7.1.5. Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;



- 7.1.6.** Atender aos chamados da CONTRATANTE, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto do contrato;
- 7.1.7.** Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio da CONTRATANTE, o qual, caso haja, será dado por escrito;
- 7.1.8.** Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
- 7.1.9.** Adotar as providências necessárias para assegurar a satisfatória execução do Contrato e os fins a que se destina;
- 7.1.10.** Efetuar a troca dos produtos entregues ou correção dos serviços prestados, objeto desta licitação, que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para o Município.
- 7.1.11.** A inobservância ao disposto acima implicará no não pagamento do valor devido à licitante vencedora, até que ocorra a necessária regularização.
- 7.1.12.** A inadimplência da licitante vencedora não transfere ao Município de Itapiranga a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contratado.
- 7.1.13.** A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, transferir a terceiros, nem sub-rogar direitos e obrigações decorrentes do Contrato, sem o prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE.
- 7.1.14.** Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial à CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 7.1.15.** A licitante deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 7.1.16.** Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, consoante o art. 125 da Lei 14.133/2021. Facultada a supressão além deste percentual, mediante acordo entre as partes contratantes.
- 7.1.17.** Demais obrigações devem ser observadas junto ao Anexo I, Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;



- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 8.1 deste edital as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos⁷.

8.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 8.2. do contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

8.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 8.2 do presente Edital.

8.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



8.6. A aplicação das sanções previstas no item 8.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.7. Na aplicação da sanção prevista no item 8.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 8.2 o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

8.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

8.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

8.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 8.2 do Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.



CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do **CONTRATANTE**, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, atualizada.

9.2 - Fica designado o Servidor Municipal , para no âmbito das suas respectivas atribuições, fiscalizar e acompanhar as aquisições decorrentes da presente Licitação.

CLAÚSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Pregão Eletrônico nº...., para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES

11.1 - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LIBERAÇÃO

12.1 - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

13.1 - O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) A **CONTRATANTE** poderá declarar rescindido o presente Contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, determinado por ato unilateral e escrito da Administração, na hipótese de ocorrência dos casos elencadas nos incisos do art. 137 da Lei n. 14.133/2021;

b) O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, de forma amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração, nos termos do que assegura o art. 137, 138, 139 da Lei nº 14.133/2021;

c) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e assegurado o contraditório e a ampla defesa;

d) Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a **CONTRATADA** reconhece, desde logo, o direito de a **CONTRATANTE** adotar, no que couber, as medidas previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº na Lei 14.133/2021.

Parágrafo único - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 – Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

15.2 - Os casos omissos ao presente termo, serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Itapiranga – SC,

Prefeito Municipal

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/05/2026 15:27:03.00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p/4f2f261e6988d>

